

Presente, Passado e Futuro – memória e expectativa enquanto constituição de sentido na contemporaneidade.

Graduado Gabriel Fernandes Barbosa Sanchez
Universidade Federal de Goiás
E-mail: gabrielsanchez.11@gmail.com

Resumo

O presente texto aborda a temática da narratividade pela perspectiva da temporalidade. Pretende-se, através da análise de teses de David Carr e Jörn Rüsen, estabelecer conexões entre a realidade temporal e cotidianidade através da relação entre rememoração e expectativa.

PALAVRAS-CHAVE: narratividade; temporalidade; Jörn Rüsen; David Carr

Abstract

This text deals the theme of narrativity by the perspective of temporality. Intended to establish, through the analysis of Jörn Rüsen's and David Carr's thesis, connections between temporal reality and everyday actions through the relation between remembering and expectation.

KEYWORDS: narrativity; temporality; Jörn Rüsen; David Carr

Jorge Luis Borges afirmava em seus textos que tempo é sucessão, indicando que o pensamento e o tempo estão intrincados, de forma que ao pensarmos, estamos passando de um estágio a outro, ininterruptamente, tal como a realidade temporal (BORGES, 2005, p. 232). Assim considera-se o discurso narrativo da história. Estruturalmente organizada temporalmente, a narrativa histórica procura dotar sentido ao passado através da organização sucessiva de seu conteúdo. A aproximação da história com a literatura no momento identificado como crítico para a teoria da história entre as décadas de 1960 e 2000 pôde colocar em evidência elementos até então subordinados a uma análise secundária. Os aspectos estéticos do texto e a organização da escrita da história proporcionaram a possibilidade de um desvio na abordagem do significado do tempo para uma disciplina voltada para o estudo das ações humanas organizadas temporalmente. Por conta do advento da narratividade como matéria importante dentro da teoria da história, é possível analisar com mais profundidade novas perspectivas que

vinculam nossa condição de sujeitos cognoscentes que refletem sobre o passado e organizam através de uma estrutura narrativa os resultados de suas pesquisas.

1. Temporalidade e Cotidianidade nas teses de David Carr e Jörn Rüsen

Organizar algo temporalmente é estabelecer estágios em que os predecessores dão condição para a existência dos ulteriores. Esse assertiva determina que tempo é uma forma de marcar e de estabelecer marcos em um fluxo imaginário em que acontecimentos se sucedem a outros. À história cabe estudar uma unidade específica determinada como passado, de modo que o momento do presente possa ser justificado, entendido, ou mesmo explicado pelas conexões criadas pela historiografia. Esse aspecto lida diretamente com a memória, que por sua vez atribui sentido aos vários níveis da vida cotidiana. Trata-se de uma forma de busca de equilíbrio em meio a percepção de finitude, de morte, de transitoriedade.

Se nossa configuração do tempo se organiza sequencialmente, a narrativa surge como instrumento adequado para representar a idéia de causalidade e de temporalidade dos acontecimentos. Na modernidade, uma linha reta e progressiva relacionava tempo e realidade. A evolução temporal era acompanhada pela idéia de aprimoramento moral e material, sendo a universalidade o espírito responsável pela uniformidade das ações e efeitos do tempo. As críticas do século XX demonstraram o erro dessa afirmação, constatando a existência de diversas representações do tempo, seja na forma abstrata de uma idéia, seja nas diversas conjunturas sócio-material de diferentes grupos humanos. A progressão do tempo humano não é o mesmo para todos, menos ainda o aprimoramento das condições de vida nos aspectos material e moral. Ainda assim, o ato de narrar parece permanecer como uma “práxis cultural elementar e universal da constituição de sentido expressa pela linguagem” (RÜSEN, 2001, p.154). A necessidade de construir uma identidade, seja ela individual ou coletiva, justifica e mantém a existência da prática narrativa. A organização nos parâmetros de uma ordem sucessiva é necessária para prover o indivíduo de orientação em meio à complexa (infinita?) rede de acontecimentos novos a que estamos sendo submetidos a todo

instante e que ao mesmo tempo já passou. Pensar em unidades como passado, presente e futuro é na verdade pensar em orientação. Tais unidades não existem efetivamente como algo real e estanque. Podemos dar outras interpretações para esses referenciais, como as aporias do tempo que Santo Agostinho elabora em suas *Confissões*, em que esses compartimentos temporais existiriam apenas em função de uma idéia de presente: presente do passado, presente atual, presente do futuro (RICOEUR, 1994). De qualquer maneira, o mundo em que vivemos é predominantemente temporal, porque sua própria constituição, inclusive a de seus habitantes que pensam a seu respeito, é composta de elementos transitórios e contingenciais. Daí a dificuldade e ao mesmo tempo a necessidade em organizar acontecimentos em presente, passado e futuro.

A metáfora do rio, de Heráclito é uma imagem que já abordava essa questão há milênios. Borges a utiliza para traçar seu comentário:

Em nossa experiência, o tempo corresponde sempre ao rio de Heráclito _ continuamos a utilizar essa antiga parábola. É como se não tivéssemos avançado em tantos séculos. Somos sempre Heráclito vendo-se refletido no rio, e pensando que o rio não é o rio porque suas águas mudaram, e pensando que ele não é Heráclito, por ter sido outras pessoas entre a última vez em que viu o rio e esta. Somos assim, algo mutante e algo permanente. Somos algo essencialmente misterioso. O que seria cada um de nós sem sua memória? É uma memória em grande parte feita de esquecimento, mas que é essencial. (BORGES, 2005, p. 239).

A memória se faz necessária a partir do momento da percepção de que ela é uma ferramenta imprescindível para a constituição de identidade de um indivíduo, ou de um grupo deles. Para isso é preciso que as ações a ser tomadas sejam pensadas de modo que prevaleça sempre a intencionalidade (RUSEN, 2001, p. 57). Esse procedimento demonstra a relação existente entre a interpretação do mundo e a configuração do homem frente a necessidade de se equilibrar em meio a mudanças no decurso da vida temporal. Jörn Rüsen nos explica que um quadro interpretativo da realidade temporal é realizado no intuito do sujeito se tornar senhor de suas próprias ações; isso se dá, segundo o autor, através de intenções e da ação (agir) no cotidiano mediante uma projeção de um tempo que não é adquirida imediatamente na experiência. Assim, intenção no tempo e experiência compõem uma relação que estabelece a organização temporal da vida como resultado de uma consciência histórica. Trata-se, sobretudo, de uma tentativa de

constituir sentido à vida pela via da interpretação da experiência do tempo (RÜSEN, 2001, p. 59).

O parágrafo a seguir ilustra essa abordagem:

O homem necessita estabelecer um quadro interpretativo do que experimenta como mudança de si mesmo e de seu mundo, ao longo do tempo, a fim de poder assenhorear-se dele de forma tal que possa realizar as intenções de seu agir. Nessas intenções há igualmente um fator temporal. Nele o homem vai além, também em perspectiva temporal, do que é o caso para si e para o mundo; ele vai, por conseguinte, sempre além do que experimenta como mudança temporal, como fluxo ou processo do tempo. Pode-se dizer que o homem, com suas intenções e nelas, projeta o tempo como algo que não lhe é dado na experiência. (RÜSEN, 2001, p. 58)

Esse argumento de Rüsen é muito próximo das propostas que David Carr apresentou em um livro escrito no mesmo período de *Razão Histórica*, na década de 1980. No momento da publicação de *Time, Narrative and History*, o debate acerca das teorias literárias da história estava em seu ponto máximo de elaboração crítica. O conteúdo desse texto, inclusive, é uma tentativa de propor saídas frente as falhas deixadas pelas teorias de autores como Hayden White, Louis Mink e Paul Ricoeur. Segundo Carr, as teses literárias da história apresentavam uma perspectiva de descontinuidade entre o sujeito e o conteúdo do texto, supondo que a realidade pretérita não é passível de apreensão, portanto, à linguagem caberia o papel de criar representações do passado que se sustentariam em seus aspectos estruturais e estéticos. O autor chama essa perspectiva de *descontinuidade* (CARR, 1991, p. 24), por criar um ambiente cético em que a narrativa lida com descrição de eventos não apreendidos e não vinculados à realidade. Em outras palavras, uma narrativa histórica é derivada do ato de contar uma história, e não dos eventos em si¹.

Carr propõe que o ato de narrar está intimamente vinculado a nossa realidade cotidiana, sendo o resultado narrativo uma extensão de nossa necessidade de lidar com a experiência temporal. Nesse caso, é preferível utilizar o termo *continuidade* entre “mundo real” e narrativa. A realidade humana não seria uma mera seqüência desordenada, uma coisa após outras esperando para ser organizada em uma estrutura narrativa. Utilizando a fenomenologia de Husserl,

¹ Comentando o trabalho de Paul Ricoeur, Carr sintetiza seu argumento dizendo o seguinte: “metaphor, he says, is the capacity of ‘seeing as’. Narrative opens us to ‘the realm of the ‘as if’”. (CARR, 2001, p. 145)

Carr especifica que qualquer ação, por menor e mais passiva que seja, é precedida de uma relação entre rememoração e antecipação, conferindo dessa forma uma unidade à experiência temporal. O autor esclarece esse ponto no seguinte trecho:

Thus the events of life are anything but a mere sequence; they constitute rather a complex structure of temporal configurations that interlock and receive their definition and their meaning from within action itself. To be sure, the structure of action may not be tidy. Things do not always work out as planned, but this only adds an element of the same contingency and suspense to life that we find in stories. It hardly justifies claiming that ordinary action is a chaos of unrelated items. (CARR, 2001, p. 147)

A estrutura de lembrança e expectativa proposta por Carr possibilita que a constituição de identidade sugerida por Rūsen seja validada. Segundo Carr, a estrutura narrativa, com início, meio e fim, também pode ser aplicada na realidade cotidiana. Os exemplos mais simplistas são os extremos do nascimento e da morte do corpo físico. Transferindo essa idéia para outro nível, com maior nuance, sempre que qualquer decisão vai ser tomada, estabelecemos uma série de critérios de ordem temporal que elabora uma ordem em que lembramos para agir de acordo com uma expectativa acerca do resultado possível daquela ação. Dessa forma, nos tornamos senhores de nossas próprias atitudes, conferindo ao indivíduo o estatuto de agente e partícipe de sua própria vida.

É importante perceber que as teses de D. Carr transferem a discussão acerca da narratividade para um campo mais amplo do que o domínio antes relegado ao tema, a linguagem. Segundo o autor, narrar não é um processo meramente verbal, sendo a lógica narrativa compreendida como um tipo de conhecimento superior (CARR, 1991, p. 64). Dessa forma, ao organizar a vida de forma temporal, em uma seqüência dotada de sentido, porque é produto de ações tomadas a partir de uma perspectiva e de uma expectativa, estamos abrindo portas para o passado e o futuro em um instante imediato que identificamos como presente. Assim, ao contar algo referente às nossas próprias vidas, ou a um passado geral, estamos dando sentido aos efeitos da realidade contemporânea mediante a organização da experiência temporal em estágios. A necessidade relativamente comum que encontramos em pessoas de contar algo referente a suas vidas (mesmo que seja para si mesmas) demonstra essa necessidade de estabelecer uma identidade própria por meio da narrativa de histórias. Essa assertiva também é válida quando

assumimos o papel de ouvintes, e não de contadores da história. Nesse caso, a constituição da identidade se constrói na complexa relação entre emissor e audiência:

The fact that we often need to tell such a story even to ourselves in order to become clear on what we are about brings to light two important things. The first is that such narrative activity, even apart from its social role, is a constitutive part of action. And not just an embellishment, commentary, or other incidental accompaniment. The second is that we sometimes assume, in a sense, the point of view of audience to whom the story is told, even with regard our own action, as well as the two points of view already mentioned _ those of agent or character and of story-teller. (CARR, 2001, p. 150)

Esse argumento de Carr prevê a existência de diversas vozes que se relacionam com os receptores das narrativas contadas. Qualquer discurso narrativo, portanto, possui uma voz ativa de um narrador que por sua vez interfere no conteúdo e no resultado do texto. É importante perceber que essa perspectiva se posiciona como contrária ao projeto moderno, que supõe que o historiador deva ser neutro e não interferir no resultado com opiniões, paixões ou interesses.

Mesmo quando se fala na ciência histórica, que lida com eventos que o historiador não pode apreender diretamente, tendo que lidar apenas com vestígios de uma realidade já morta, temos uma voz ativa, um narrador. Especifica-se isso a partir da afirmativa de que todos os membros de um determinado grupo possuem uma experiência em comum porque estão todos inseridos em um mesmo complexo cultural, em que o passado está presente em todos, mesmo que de forma indireta, através da memória. Ou seja, segundo Carr, quando pensamos o tempo social humano, estamos estabelecendo uma ordem seqüencial que articula a estrutura narrativa em fases, estágios, significados, projetos e fins (CARR, 1991).

Imaginar que a história, ou a narrativa histórica, por lidar com escalas maiores de indivíduos e de temporalidade não possui uma voz ativa ou um narrador é supor que a realidade temporal é compartimentada e imóvel. O passado seria uma realidade com sua própria estrutura que estaria encerrada em um determinado ponto imaginário (uma data ou um acontecimento, por exemplo). Ao presente, outra unidade individual, caberia decifrar esse tempo através de uma ordem já previamente dada, porque imóvel. Se assim fosse, cairíamos em uma "armadilha" reducionista do tempo humano. Entendemos ser mais profícuo

considerar que a realidade temporal, desde a mais ampla organização social dos habitantes da Terra até o mais fragmentado universo individual, coexiste de forma complexa em uma unidade em que passado, futuro e presente se relacionam em uma contínua teia entre memória (e conseqüentemente o esquecimento) e projeção em função da ação consciente em um instante imediato.

As propostas de David Carr são muito importantes e válidas por conferir à experiência temporal um caráter de proximidade com a vida cotidiana por meio do processo da narratividade. Conforme nos orienta Rösen, a experiência contínua do tempo, da mudança (muitas vezes brusca), precisam ser interpretadas em meio ao que o autor chama "constituição de sentido do agir e do sofrer" (RÜSEN 2001, p. 58). Se o tempo todo sofremos interferência de ações de outros e da mesma forma agimos interferindo em ações ulteriores, cria-se um movimento ininterrupto, eminentemente temporal, que foge a qualquer compreensão absoluta. Constituir a individualidade, e conseqüentemente uma identidade, seria realizado por meio do processo narrativo, organizando e ordenando eventos, situações, acontecimentos, por meio do processo de rememoração, de prospecção e de esquecimento. Para Rösen, o eixo que conduz todo esse procedimento é a consciência histórica:

Pode-se descrever a operação mental com que a consciência histórica se constitui também como *constituição do sentido da experiência do tempo*. Trata-se de um processo da consciência em que as experiências do tempo são interpretadas com relação às intenções do agir e, enquanto interpretadas, inserem-se na determinação do sentido do mundo e na auto-interpretação do homem, parâmetros de sua orientação no agir e no sofrer. O termo "sentido" explicita que a dimensão da orientação do agir está presente na consciência histórica, pois "sentido" é a suma dos pontos de vista que estão na base da decisão sobre objetivos. A consciência histórica não se constitui (pelo menos não na primeira linha), pois, na racionalidade teleológica do agir humano, mas sim por contraste com o que poderíamos chamar de "racionalidade de sentido". Trata-se de uma racionalidade, não da atribuição de meios e fins ou de fins a meios, mas do estabelecimento de intenções e da determinação de objetivos. (RÜSEN, 2001, p. 59)

Equilíbrio e sustentação em suas próprias ações e decisões são, portanto, as propostas de interpretação do tempo de Carr e Rösen, conferindo à ciência história a possibilidade de vinculá-la à nossa realidade cotidiana por meio de seu fundamento primeiro: a temporalidade.

Referências Bibliográficas

BORGES, Jorge Luis. O Tempo. In.: *Obras Completas IV*. São Paulo: Editora Globo, 2005.

CARR, David. *Time, Narrative and History*. Bloomington ; Indianapolis: Indiana University Press, 1991.

_____. Getting the Story Straight: Narrative and Historical Knowledge. In.: ROBERT, Geoffrey (Editor). *The History and Narrative Reader*. London; New York: Routledge, 2001.

_____. Narrative and the Real World: An Argument of Continuity. In.: ROBERT, Geoffrey (Editor). *The History and Narrative Reader*. London; New York: Routledge, 2001.

DRAY, W. H. Narrative and Historical Realism. In.: ROBERT, Geoffrey (Editor). *The History and Narrative Reader*. London; New York: Routledge, 2001

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Campinas, SP: Editora Papirus, 1994. (Tomo I)

RUSEN, Jörn. *Razão Histórica: Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora UnB, 2001.

_____. A História entre a Modernidade e a Pós-Modernidade. In.: *História : Questões & Debates*. Curitiba, v. 4, n. 26/27: 1997.

_____. Narratividade e Objetividade nas Ciências Históricas. In.: *Textos de História*, Brasília, v. 4 , n. 1: 1996

WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso: Ensaio sobre a Crítica da Cultura*. São Paulo: EDUSP, 2001.